

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO
CURSO DE TURISMO

DARLAN CHAVES NUNES FILHO

**PROPOSTA DE ROTEIRO ECOTURÍSTICO NA ILHA DUAS IRMÃS NO
MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS**

São Luís
2009

DARLAN CHAVES NUNES FILHO

**PROPOSTA DE ROTEIRO TURISTICO NA ILHA DUAS IRMÃS NO
MUNÍCIPIO DE SÃO LUÍS**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do Grau de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Msc. Saulo Ribeiro dos Santos

DARLAN CHAVES NUNES FILHO

**PROPOSTA DE ROTEIRO TURISTICO NA ILHA DUAS IRMÃS NO
MUNÍCIOPIO DE SÃO LUÍS**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da
Universidade Federal do Maranhão para
obtenção do Grau de Bacharel em Turismo.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Saulo Ribeiro dos Santos (Orientador)

Mestre em Administração e Desenvolvimento Empresarial - UNESA

Rozuila Neves Lima

Doutora em filologia e Linguística Portuguesa pela Unesp/Assis

Thays Regina Rodrigues Pinho

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFPE

Apesar de todas as barreiras, mas com fé e perseverança, dedico este trabalho primeiramente a Deus, pelo Dom do discernimento; a minha mãe; meu pai; minha esposa; meu filho; meu irmão e familiares.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela oportunidade me cedida de ter um poço de sabedoria e discernimento para elaboração deste trabalho e também por ter muita fé e através desta tudo podemos.

A minha família que amo muito, em especial, o meu pai, Darlan Nunes, que é o proprietário das Ilhas Duas Irmãs, pois sem ela não teria condições de elaborar esta pesquisa. A minha mãe, Leida Souza, que esta ao meu lado em todas as dificuldades e que me incentiva a ter perseverança e buscar aquilo no qual almejo. Ao meu filho Arthur que está prestes a vir ao mundo e minha esposa Gesyelma que esteve ao meu lado todo esse tempo. Não podia esquecer o meu irmão, Darthian Nunes, que amo muito e que mesmo zangado sempre me ajuda. Aos meus avós Maria do Socorro e Aníbal Carvalho, que ajudaram na minha criação e formação pessoal.

Ao meu orientador Saulo Santos que apesar do pouco tempo de convivência se dispôs prontamente a me auxiliar nesta caminhada e também ao curto prazo que tinha para concluir a monografia, mas pelo incentivo e força passadas por ele deu tudo certo. Muito obrigado professor, que Deus te abençoe.

Aos professores Kláutenes Guedes, Conceição Belfort, Mônica Araújo, Rosélis Câmara, Socorro Araújo, Linda Rodrigues, Anderson Miranda, Marcelo Furtado e Rozuila Lima, por compartilharem seus conhecimentos.

Aos meus amigos Leandro Nunes, Marcio Vinhais, Diego Bobó e inúmeros outros que sempre me incentivaram e ajudaram durante os quatro anos que passamos juntos. Muito obrigado galera.

RESUMO

O ecoturismo é uma modalidade do turismo em que envolve o meio ambiente e o homem, favorecendo a manutenção dos ecossistemas, sendo a natureza o principal atrativo turístico. Beneficia não tão somente os turistas e empresários, mas também a comunidade receptora, pois gera emprego, renda e promove a conservação dos recursos naturais do destino. Compreendendo a importância desse segmento para o Turismo, vê-se que a Ilha Duas Irmãs é um atrativo inigualável, devido ao turismo insular ser pouco difundido em São Luís, contudo com muitas riquezas a serem exploradas, valorizando os recursos naturais e usufruindo-os de forma harmônica com a natureza. Um local paradisíaco no qual as práticas de contato com o ambiente natural e animais silvestres se tornam presentes, enriquecendo assim os roteiros ecoturísticos da cidade. Portanto, objetiva-se propor a criação de um roteiro ecoturístico na Ilha Duas Irmãs no Município de São Luís. Com vistas ao constructo epistemológico desta dissertação utilizou-se de pesquisa bibliográfica e empírica visitando o local. Os resultados demonstram que o ecoturismo é uma importante ferramenta para o desenvolvimento socioambiental da Ilha Duas Irmãs, além de contribuir para a opção de novos roteiros para os visitantes que chegam à cidade de São Luís. Conclui-se que o roteiro na Ilha Duas Irmãs no Município de São Luís é viável devido ao seu valor ambiental e paisagístico, pois agrega notoriedade não só ao local, mas também aos atrativos da Ilha de São Luís e do Estado como um todo.

Palavras-chave: Ecoturismo. Ilha Duas Irmãs. Meio ambiente.

Ecotourism is a modality of the tourism that involves the environment and the man, favoring the maintenance of the ecosystems, being the nature the tourist attractive principal. He/she/you not so only benefits the tourists and entrepreneurs, but also the receiving community, because it generates employment, income and it promotes the conservation of the natural resources of the destiny. Understanding the importance of that segment for the tourism, he/she sees himself that the Island Two Sisters is an attraction unequaled, due the insular tourism to be little spread in São Luís, but with a lot of wealth they be explored her, valuing the natural resources and enjoyed one in a harmonic way with the nature. A paradisiacal place in which you practice them of contact with the natural atmosphere and you encourage wild they become present, enriching like this the routes ecotouristic of the city. Therefore, it is aimed at to propose the creation of a route ecotourists in the Island Two Sisters in the Municipal district of São Luís. For reach of the same it was used of bibliographical and empiric research visiting the place. The results demonstrate that the ecotourism is an important tool for the development sociogram environmental of the Island Two Sisters, besides it contributes to the option of new routes for the visitors that arrive in the city of São Luís. I am ended that the route in the Island Two Sisters in the Municipal district of São Luís is viable due to your environmental value and landscap, because he/she joins fame not only to the place, but also to the attractions of São Luís Island and of the State as a whole.

Keywords: Ecotourism. Ilha Duas Irmãs. Environment.

“Ecoturismo surge como uma alternativa de se contrapor à lógica do turismo de massa (estandardizado e predatório), e procura cada vez mais defender a proposição de roteiros personalizados, preocupados com o mínimo impacto e com grande interesse paisagístico-ecológico”.

Célia Serrano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	TURISMO E MEIO AMBIENTE	11
2.1	Ecoturismo	21
2.2	Turismo de aventura	24
2.2.1	Trilhas e sinalização	30
2.2.2	Paisagem	33
2.2.3	Turismo de observação	34
2.3	Roteiros turísticos	37
3	Preservação x impactos ambientais	40
4	SEGURANÇA NA ATIVIDADE TURÍSTICA	43
5	CARACTERÍSTICAS DA ILHA DUAS IRMÃS	47
6	METODOLOGIA	52
6.1	Tipo de pesquisa	52
6.2	Local da pesquisa	52
6.3	Universo da amostra	52
6.4	Instrumento de coleta de dados	53
6.5	Limitações da pesquisa	53
7	PROPOSTA DO ROTEIRO TURÍSTICO NA ILHA DUAS IRMÃS	54
8	CONCLUSÃO	60
	REFERÊNCIAS	62
	ANEXOS	66

1 INTRODUÇÃO

O atual desenvolvimento da Humanidade no bojo do contexto da Tecnologia moderna requer a cada dia que passa melhores condições no estabelecimento de lazer e liberdade de expansão física para compensar no divertimento, as energias gastas durante os dias de árduo trabalho. Por isto, o homem sentindo a necessidade de equilibrar a dimensão psico-somática do seu ser, vem procurando a Natureza (mares, montanhas, lagos etc.) como parte inspiradora e regeneradora das forças combatidas.

Associado a estes fatos, o desenvolvimento do Turismo como fonte geradora de receitas vem se tornando um aspecto indispensável na vida das comunidades, ao mesmo tempo em que, abrangendo um campo de trabalho, emprega não só mão-de-obra especializada, mas também, aquela sem maior qualificação, gerando o entrosamento dos povos e estimulando as trocas culturais.

O panorama atual do Turismo no Maranhão e, principalmente, na cidade de São Luís, requer a criação de novos roteiros, principalmente o Ecoturismo, pois esta cidade, tendo uma rica diversidade ecológica, necessita de meios para se tornar um dos locais com maior atrativo turístico.

Esta dissertação tem como finalidade apresentar e diferenciar os roteiros, contemplando os aspectos naturais da Ilha de São Luís, para que se possa ampliar o leque de opções tanto para os turistas quanto para a própria população. Esta cidade contém recursos inexplorados e precisa de incentivo não só das autoridades, sobretudo dos próprios habitantes e dos turistas. Estes devem ver o Turismo com outra ótica, ou seja: como uma forma de desenvolvimento sustentável, envolvendo viagens a áreas conservadas, frágeis e em geral protegidas, com o compromisso de serem de mínimo impacto e em grupos pequenos.

O Ecoturismo incentiva a educação do viajante e recursos para a conservação ambiental, direciona benefícios para o desenvolvimento econômico e fortalecimento político das comunidades locais e promove o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos, não só para as camadas mais favorecidas, mas também para aquelas que podem participar do Turismo, isto é, o próprio sujeito do Turismo: o turista.

O ponto de partida para a elaboração deste estudo foi: Como criação de uma proposta de roteiro Ecoturístico na Ilha Duas Irmãs no Município de São Luís

pode tornar-se viável? Do problema passou-se para o objetivo geral que é elaborar a proposta do roteiro Ecoturístico da Ilha Duas Irmãs no Município de São Luís. E os objetivos específicos são conceituar o roteiro turístico, conhecer o potencial Ecoturístico da Ilha Duas Irmãs; definir ecoturismo e destacar a viabilidade do roteiro turístico na Ilha Duas Irmãs.

A metodologia foi baseada em levantamento bibliográfico em Internet, bibliotecas, entrevista com o proprietário, além de diversas visitas à ilha.

Para uma melhor execução do trabalho, este foi dividido em sete capítulos. O primeiro que é a introdução, aborda inicialmente o tema. A segunda seção trata de dois temas: Turismo e meio ambiente, como a harmonia de um e outro, fundamental para o sucesso e manutenção dessas atividades. Traz ainda abordagens sobre Ecoturismo, turismo de aventura, trilhas e sinalização, paisagem e turismo de observação. Todos esses pontos referidos são facilmente percebidos na Ilha Duas Irmãs. Finalizando este capítulo trazem-se algumas noções sobre roteiro turístico, para ter-se melhor compreensão do tema. Em seguida noções sobre preservação x impactos ambientais. No quarto capítulo discorre-se sobre segurança, como a ilha está preparada para prevenção e possíveis acidentes. No próximo encontra-se a metodologia e outros pontos como tipo de pesquisa, local, universo de Amostra, instrumento de coleta de dados e limitações da pesquisa. No sexto existem as propostas do roteiro turístico na Ilha Duas Irmãs. No último são tecidas algumas considerações finais.

No final do século XIX e início do século XX a sociedade passou a valorizar, com mais intensidade o tempo destinado ao não trabalho e o desejo de aumento do tempo livre, intensificando a atividade turística. Na mesma época surgiu um número relevante de definições e conceituações que tinham como objetivo principal a tentativa de explicar a realidade do fenômeno turístico (ANDRADE, 2000).

Existem varias definições a respeito sobre o que é o Turismo. A mais antiga é datada de 1910 e parte de um economista austríaco chamado Herman Von Schullard (apud ANDRADE, 2000, p. 33), que definia o Turismo como “a soma das operações especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionada com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”.

Outro autor a formular um conceito foi Robert McIntosh (apud BENI, 2000, p. 32) afirmando que o “turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e, cortesmente, satisfazer suas necessidades e desejos”.

Observando as definições, percebe-se que a primeira trata o Turismo de forma reduzida e no âmbito internacional, enquanto a segunda amplia o campo de atuação e o caracteriza como uma espécie de serviço. Contudo as duas definições não trazem ainda o conceito de conservação e preservação, pois tratam apenas o Turismo como forma econômica.

Como já foram comentados os conceitos que norteiam o Turismo, agora se abordará definições sobre o meio ambiente e posteriormente a inter-relação de Turismo e Meio ambiente.

Sabe-se que a palavra meio ambiente também pode ser considerada pelo pensamento geral como sinônimo de natureza, local a ser apreciado, respeitado e preservado. Porém é necessário um ponto de vista mais profundo, estabelecendo a noção no ser humano de pertencimento ao meio ambiente, no qual possui vínculos naturais para a sua sobrevivência. Por meio da natureza busca-se as origens e identidade cultural e biológica do homem.

Outra definição sobre o termo meio ambiente o coloca no significado de recursos, de gerador de matéria-prima e energia. Nesta definição, a educação ambiental que é o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, valores e

atitudes , visando à melhoria da qualidade ambiental e á consequente elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras, trabalha a noção de consumo responsável e solidária, na defesa do acesso às matérias-primas do meio ambiente de forma comum para todos.

Na terceira concepção da palavra, quando fala-se em meio ambiente no seu curso de problemáticas e questões, surgem as pesquisas e as ações em prol das soluções sobre as perdas e destruições que desfavorecem o equilíbrio natural de um determinado meio.

Temos que ter em mente que o Turismo enquanto fenômeno é dependente do Meio ambiente e de seus recursos naturais. A prática do Turismo sustentável garante que a atividade turística cresça de forma organizada e sustentável, favorecendo assim o seu advento. Portanto se enfocará os conceitos relativos ao Turismo e Meio ambiente, mostrando seus aspectos positivos e negativos.

O turismo é uma atividade econômica que se desenvolveu nos moldes atuais, como fenômeno de massas, ocasionado pelo desenvolvimento da Revolução Industrial que teve início na Inglaterra, no século XVIII. Essa Revolução desencadeou na sociedade moderna um novo modelo econômico que teve como objetivo o acúmulo de capital por meio da exploração dos recursos naturais. Isso proporcionou uma melhoria nas condições de vida, na época, resultando assim aumento populacional que passou a exercer pressão sobre os recursos naturais (DIAS, 2003).

Esse processo de melhoria das condições de vida favoreceu principalmente os indivíduos dos países desenvolvidos, mas começou a ser questionado por parcelas da população do planeta que passaram a exigir igualdade. Queriam que essa melhoria da qualidade de vida das nações ricas fosse também partilhada por esses indivíduos até então menos favorecidos.

A partir daí, cientistas, intelectuais e governantes chegaram à conclusão de que somente pelo fato dos recursos naturais, a maioria não-renováveis, poderia isto acarretar a extinção da raça humana. Com esses questionamentos o modelo dominante, no qual se pregava a exploração dos recursos naturais de modo irracional, passou a ruir, havendo assim a sua substituição por outro, gerado ao longo da década de 80 e difundido no evento da RIO-92, encontro desenvolvido pelas Nações Unidas na cidade do Rio de Janeiro. Com isso surgiu a expressão desenvolvimento sustentável, baseando-se no uso dos recursos pelas gerações atuais sem comprometer este uso pelas futuras gerações (DIAS, 2003).

Adicionando, o conceito normativo básico de desenvolvimento sustentável emergiu na conferência de Estocolmo, de 1972. Foi designado na época como “abordagem do ecodesenvolvimento” e, posteriormente, renomeado com a denominação atual. Segundo Strong, que foi secretário geral da Conferência, o desenvolvimento sustentável será alcançado se três critérios fundamentais forem obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica (SACHS, 1993).

Deste evento, surgiu o relatório produzido pela Comissão de *Brundtland* que elaborou a definição do conceito de desenvolvimento sustentável:

procura estabelecer uma relação harmônica do homem com a natureza, como centro de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer às necessidades e às aspirações humanas. Enfatiza que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica a necessidade de que a política ambiental seja parte do processo de desenvolvimento e não mais uma responsabilidade setorial fragmentada (apud DIAS, 2003, p. 98)

Completando, o Conselho Mundial de Meio Ambiente (apud DIAS, 2003, p.49) desenvolvimento sustentável é:

Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação o desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Embora existam visões pessimistas a respeito do desenvolvimento sustentável, as discussões sobre esse assunto abriram as portas para o debate da igualdade social e introduziu o meio ambiente no debate de desenvolvimento. Portanto, é um conceito bastante amplo, que para uns refletem o crescimento econômico por meio do manejo racional dos recursos naturais e o uso de tecnologias menos poluentes. Para outros o desenvolvimento sustentável é um projeto social, dedicado à erradicação da pobreza, buscando elevar a qualidade de vida, considerando-se a transformação sustentável dos recursos naturais. (DIAS, 1993).

Contudo, a transição para um novo paradigma de desenvolvimento não tem sido um processo rápido e durante esse período de crescimento insustentável acarretou-se uma série de prejuízos aos recursos naturais, a exemplo da contaminação do ar, da destruição da camada de ozônio, efeito estufa, da diminuição da biodiversidade etc. Inicialmente, o uso dos recursos pelo turismo de massas não evidenciava efeitos negativos no meio ambiente, tanto que, na década de 60, considerava-se seu aspecto somente de modo positivo e era visto como dádiva dos

céus (ARRONES, 1992).

O turista por sua vez incorporava o modelo proposto e deste fazia uso de forma inconsciente, consumindo os recursos naturais como a flora, fauna, clima, paisagem, cultura, sem levar em conta que os recursos em sua maioria não são renováveis. O problema do turismo de massa não atingia apenas os turistas, mas também a comunidade receptora, visto que os visitantes disseminavam suas ideologias consumistas, como uso dos recursos naturais sem se preocupar com sua preservação, modo de falar, vestir etc., para a população local.

A massificação do turismo contribuiu significativamente para o aumento dos problemas ambientais. Sabe-se que o turismo necessita de toda uma infra-estrutura como aeroportos, rodovias, energia, hotéis, pousadas, etc. Contudo, com todo esse crescimento é impossível que não haja mudanças nas localidades turísticas. Percebendo, esta dimensão da atividade, Casasola (1998, p.109) enfatiza que:

Considerando as modificações provocadas pelo fluxo turístico nas localidades que o recebem, no melhor dos casos, estas perderão suas condições de naturalidade à medida que se convertam em receptoras de grandes correntes de visitantes. No pior dos casos será afetado gravemente o ambiente natural pela necessidade de construir e instalar os serviços que o turista demanda, por não respeitar a vocação do uso do solo e pela improvisação, entre outros fatores.

Historicamente, partir dos anos 70, iniciaram-se nos países desenvolvidos estudos que já identificavam a nocividade do turismo de massa e foram feitos os primeiros alertas sobre suas consequências nocivas para a Humanidade. Trouxe preocupação principalmente com o possível esgotamento dos recursos naturais. Na concepção de Ruschmann (2001, p.110):

O turismo de massa é caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano e constitui-se num dos maiores agressores dos recursos naturais.

A autora pontua que o turismo de massa é prejudicial para a localidade receptora, pois ele traz apenas aspectos negativos como o uso e abuso dos recursos naturais, deixando a comunidade sem nenhuma benfeitoria.

Com a transformação da sociedade contemporânea e a ocorrência da crise ambiental em decorrência da crescente contaminação da atmosfera, dos solos e da água, perda de espécies da flora e da fauna, esse conjunto a longo prazo representaria temor a raça humana por causa de sua sobrevivência, imediatamente

remontando à perda da qualidade de vida. Devido a todos esses fatores ocorreu o surgimento nos últimos 20 anos, de ambientalistas, ecologistas e inúmeros outros relacionados à defesa do meio ambiente. O aparecimento dessas entidades buscou despertar os governos e a sociedade em modo geral a adotar medidas preservacionistas para que haja o uso racional dos recursos naturais a fim de manter-se até mesmo a existência da raça humana.

A manutenção dos atrativos turísticos é de responsabilidade de organizações não governamentais, governo, turistas e residentes. Estes devem contribuir de forma a manter os ecossistemas visitados. Quando esses lugares passam a ser atrativos turísticos, a responsabilidade é ainda maior. Pode-se citar como exemplo que, no Quênia, no final dos anos 70, caçadores estavam devastando a fauna através da caça de leões, elefantes e leopardos. Estudos comprovaram que esses animais vivos davam mais retorno a economia do país. Um único leão do parque do Parque Nacional Amboseli no Quênia tem um valor de turismo equivalente a 27.000 dólares anuais enquanto uma demanda de elefantes atrai 610.000 anuais (EDROMA, 1997).

No que diz respeito à questão da fauna, no Brasil há várias iniciativas que buscam a preservação dos grandes animais, o que aumenta consideravelmente o interesse da visitação de determinados locais. Podemos citar o Projeto Tamar, de proteção às tartarugas marinhas (Foto 1) que atua em toda a costa brasileira, mantido pela Fundação Pró-Tamar/Ibama com apoio da Organização Não-Governamental WWF; o Centro de Mamíferos Aquáticos do Ibama, com atuação no Nordeste; o projeto Baleia Branca, mantido pela Coalizão Internacional da Vida Silvestre e inúmeros outros (DIAS, 2003).



Foto 1: Projeto Tamar – proteção de tartarugas
Fonte: Ribeiro (2009)

O dado negativo é que a busca pela natureza, cada vez mais uma atividade massiva, pode resultar em degradação ambiental e ocasionar desastres em ambientes naturais protegidos. Pesquisas realizadas em áreas protegidas na África mostram que um grande número de visitantes reduz as atividades de caça dos animais e interfere no acasalamento. No entanto alguns organismos governamentais liberam a construção de hotéis, estradas, campos de golfe etc., destinados a atrair o turismo de massa, indo de encontro aos valores de sustentabilidade, tendo uma visão errônea a curto prazo (EDROMA, 1997).

Estudos feitos pela Universidade Federal do Maranhão comprovaram que a atividade humana interfere diretamente no desenvolvimento da vida animal. Um exemplo constatado foi que a reprodução de aves migratórias que utilizam as praias, um dos locais mais freqüentados pelo turismo de massa. Se vê em perigo uma das aves estudadas, o maçarico, que migra do Ártico canadense, vive e procria próximo aos manguezais, ricos em alimentos, está tendo sua população diminuída ano a ano, devido à ocupação da orla maranhense através da construção de casas e bares (MONTELES, 2002).

Os impactos ocasionados pelo Turismo no meio ambiente são inevitáveis, portanto, o que deve ser feito é reduzir-se ao máximo esses impactos, fazendo com

que não ocorram modificações ambientais irreversíveis. Deste modo a relação do Turismo com o meio ambiente deve conter um trabalho de educação ambiental. A conservação dos recursos naturais é mais importante que sua degradação, pois estes recursos, se bem utilizados, poderão ser usados como atrativo turístico durante muitos anos, enquanto que devastados não terão importância nenhuma em longo prazo.

No Brasil, fato que provocou o aumento dos abusos com o meio ambiente foi o incremento do número dos meios de transporte nos grandes centros, principalmente o uso de automóveis. Ocorreu uma busca maior pelo contato do homem com a natureza. Em finais de semana e feriados buscava-se um maior descanso em sítios, chácaras, fazendas e outras áreas. As autoridades municipais não estavam preparadas para esse intenso fluxo e autorizaram a construção de casas e empreendimentos próximos das matas ciliares, rios e represas, o que avançou a degradação do meio ambiente. No entanto, em alguns casos, esse processo provocou a melhoria do modo de vida da população rural e também no que tange à infraestrutura desses locais (DIAS, 2003).

Segundo Dias (2003, p.24) há uma revalorização das propriedades rurais devido à reorientação da função do uso do solo, passando de simples produtivo para prestadores de serviço, ou seja, ocorreu:

1. Construção de novas vias de comunicação, facilitando o acesso do turista, e seu uso pela população local. Agregue-se a isso a melhoria dos sistemas de comunicação local: telefone, televisão etc.;
2. Maior valorização das áreas naturais como recurso turístico, permitindo que essas áreas sejam olhadas por seus proprietários com outros olhos, agora como fonte de renda;
3. Criação de novos postos de trabalho em áreas rurais. Aumento da necessidade de prestadores de serviço para o atendimento do turista.

Devido as ações realizadas acima, percebe-se a existência de inúmeros aspectos negativos que devem ser considerados e estão relacionados com os impactos no meio ambiente. Entre eles:

1. Grande urbanização de áreas rurais, sem planejamento e infra-estrutura sanitária adequada. Particularmente importantes são as áreas próximas a represas, a santuários paisagísticos, praias de rara beleza etc.;
2. Aumento de resíduos de todo o tipo, particularmente os sólidos, que modificam a paisagem e o meio ambiente. São particularmente significativos os sacos de lixo e os vasilhames de bebidas em lugares públicos;
3. Com o aumento de pessoas nas zonas rurais, há uma fuga da fauna silvestre e a diminuição de sua capacidade de reprodução. As espécies vegetais, por sua vez, são recolhidas de forma irresponsável, quando não destruídas pelo volume de trânsito local;
4. Modificações significativas e irreversíveis na paisagem, pela proliferação de infra-estrutura e construções. Aqui se incluem a abertura de novas vias

de comunicação, instalações turísticas de todo tipo etc. (DIAS, 2003, p.24-25).

Com estes impactos, a atividade turística sofre com o afastamento de demanda para locais de área verdes, pois os turistas estão em busca do contato com um local preservado e que mantenha a paisagem natural.

Por isso, deve-se ter em mente que os recursos naturais são uma das motivações do turista em querer visitar um certo local, contudo o seu uso desenfreado pode causar frustração por parte do visitante e ocasionar a diminuição da demanda. O turismo é estreitamente ligado à natureza e se o uso a curto prazo for feito sem planejamento pode provocar a médio e longo prazo o fracasso de um destino. Temos como exemplo o turismo de pesca, que é uma das atividades mais praticadas no Brasil, principalmente nos grandes centros, quando ocorre uma dispersão da população para o interior e litoral, nos fins de semana e feriados para a prática da pesca. Em alguns desses lugares onde não há uma fiscalização por parte do IBAMA, acontece a pesca predatória; “houve uma diminuição dos cardume, afetando diretamente o fluxo de visitantes nesses lugares” (DIAS, 2003, p.25).

Mesmo com os impactos negativos que prejudicam a fauna e a flora, existem lugares que ainda possuem uma diversidade natural, como o caso do estado do Maranhão, que possui uma variedade de vegetação, e que em sua maioria está preservada, como o caso da região dos Cerrados, que é a mais preservada do Brasil (SANTOS, 2006).

O Maranhão está localizado entre as regiões Norte e Nordeste, tendo como privilégio uma exuberante mistura de aspectos da geografia, a maior diversidade de ecossistemas de todo o País. São 640 quilômetros de extensão de praias tropicais, floresta Amazônica, cerrados, mangues, delta em mar aberto e o único deserto do mundo com milhares de lagoas de águas cristalinas.

Compreendendo esta questão, o Governo do Estado em 1999, criou diversos pólos de atração para o turismo, onde o mesmo em 5 (cinco), sendo que hoje em 2009, foram adicionados 3 (três), sendo os mesmos de interesse ambiental (SANTOS, 2006; MARANH, 2009). Esses pólos enfocam o conceito de Turismo e Meio ambiente, são eles:

1. Pólo de São Luís: o Pólo São Luís abrange os municípios São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, e a cidade Monumento de Alcântara. São Luís está localizada numa ilha, cercada

de belas praias (Ponta D'Areia, Calhau, Olho D'Água e Araçagy dentre outras opções), além da Baía de São Marcos, a Ilha Das Irmãs, Ilha do Medo, mangues, rios, entre outros;

2. Pólo Parque dos Lençóis: situado no litoral oriental do Maranhão, envolve os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Seu maior atrativo é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, belo e intrigante fenômeno da natureza, que tem Barreirinhas como principal portão de entrada. O Parque Nacional dos Lençóis é um Paraíso ecológico com 155 mil hectares de dunas, rios, lagoas e manguezais. Foi formado ao longo de milhares de anos através da ação da natureza. Suas paisagens são deslumbrantes: imensidões de areias que fazem o lugar parecer a um deserto. São as chuvas que garantem aos Lençóis algumas das suas paisagens mais belas. As águas pluviais formam lagoas que se espalham em praticamente toda a área do parque formando uma paisagem inigualável. Algumas delas, como a Lagoa Azul e Lagoa Bonita já são famosas pela beleza e condições de banho. Os povoados de Caburé, Atins e Mandacaru são pontos de visita obrigatórios;
3. Pólo Delta das Américas: localizado a nordeste do Estado, na divisa com o Piauí envolve a região sob influência do Delta do Rio Parnaíba, que tem setenta por cento da sua área no Maranhão. Tutóia, Paulino Neves e Araisos são os principais municípios. O Delta do Parnaíba é o terceiro maior delta oceânico do mundo, ocorrendo também no rio Nilo, na África, e Mekong, no Vietnã. Sua configuração se assemelha a uma mão aberta, onde os dedos representariam os principais afluentes do Parnaíba, que se ramificam formando um grandioso santuário ecológico. Rios, flora, fauna, dunas de areias alvas, banhos em lagoas e de mar são alguns atrativos que o lugar oferece;
4. Pólo Chapada das Mesas: cachoeiras, trilhas ecológicas, belas paisagens, são algumas surpresas que à Chapada das Mesas pode vir a oferecer ao viajante. As principais cidades são Imperatriz, Carolina e Riachão. As cachoeiras são responsáveis por grande parte do encanto que envolve a Chapada das Mesas. Pedra Caída é a que mais chama a atenção. Tudo começa com um rio que em determinado ponto do seu

curso encontra uma fenda. Nesse ponto a água despenca a uma altura de cerca de 50 metros, formando lá embaixo, entre paredões rochosos, uma piscina natural de beleza indescritível. Fica às margens da BR-230, a 35 quilômetros de Carolina;

5. Pólo Floresta dos Guarás: fica na parte amazônica do Maranhão, no litoral ocidental do Estado. Incluído como Pólo ecoturístico por excelência, envolve os municípios de Cedral, Mirinzal, Cururupu, Guimarães e Porto Rico do Maranhão, entre outros. Seu nome deve-se à bela ave de plumagem vermelha, comum na região. O lugar conta com atrativos naturais e culturais, destaca-se como um santuário ecológico, formado por baías e estuários onde os rios deságuam em meio a manguezais. Fauna e flora abundantes, florestas, praias desertas e ilhas compõem o cenário;
6. Pólo Campos Floridos: compreende as cidades de Viana, Santa Inês, Penalva, Monção, Lago Verde, Cajari, Conceição do Lago-Açu, São Vicente de Férrer, Vitória do Mearim, Pindaré Mirim, São Bento e Matinha, e a paisagem é similar a área do Pantanal Brasileiro, com campos alagados, lagoas e lagos, peixes, enfim, local ideal para a prática de turismo de pesca, observação e turismo rural;
7. Pólo Amazônia Maranhense: é a região mais próxima ao estado do Pará e faz parte da Amazônia Legal, com floresta densa e animais. Sendo as cidades de Carutapera, Cândido Mendes, Maracaçumé participantes do pólo;
8. Pólo dos Cocais: é a região de transição do estado, com floresta da palmeira de babaçu, rios e rica fauna, compreende as cidades de Coelho Neto, Caxias, Codó e Aldeias Altas (CAZUMBÁ ON LINE, 2008).

Vê-se que o estado do Maranhão possui uma infinidade de riquezas que se planejadas de forma sustentável, dando ênfase aos aspectos naturais em cada região mencionada, pode alavancar cada uma como destino ecoturístico no Brasil e no Mundo.

2.1 Ecoturismo

Não há um consenso sobre o do conceito de ecoturismo. De acordo com Dias (2003), o ecoturismo é tratado com sendo turismo de natureza, turismo orientado ou baseado na natureza, turismo de áreas rurais, turismo de aventura, turismo alternativo, entre outros, como sendo sinônimo ou explicativos do ecoturismo. Este não trata apenas de turismo e natureza, mas busca questões como desenvolvimento sustentável, incluindo-se aspectos socioculturais.

Coriolano (2002, p.51) nos diz que:

o ecoturismo ressurge como uma atividade econômica do mundo moderno, que pode degradar, mas que pode, também, ser uma forma de conservação ambiental; depende da forma como for implementado. Daí, ser uma atividade que só deve ser realizada com um compromisso com a natureza e com a responsabilidade social.

O ecoturismo possui duas facetas: por um lado pode degradar os destinos, a partir do momento em que é praticado por pessoas que não possuam conceitos de educação ambiental, mas também pode conservar o meio ambiente. Depende da forma a ser implementado, desde que utilize a natureza e a responsabilidade social para o seu sucesso. O autor ensina sobre a forma correta para implantação do ecoturismo como uma atividade turística que depende da forma a ser implementada. Poderá ser benéfica ou maléfica para o turismo. Contudo traz a importância da natureza e da responsabilidade social para o seu sucesso.

De acordo com Dias (2003, p.107), são necessários alguns esclarecimentos conceituais sobre o significado de expressões como turismo sustentável, turismo de natureza e ecoturismo.

1. O turismo sustentável é aquele que não compromete a conservação dos recursos e o equilíbrio sobre os três eixos principais: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo.
2. O turismo de natureza busca o uso dos recursos naturais de uma localidade, podendo-se apresentar de forma insustentável. O lixo deixado em trilhas naturais, nas beiras de lagos e represas, representam como este segmento pode ser praticado de forma insustentável.
3. O ecoturismo define-se como a viagem responsável que conserva o ambiente natural, mantém o bem-estar da população local. É praticado em grupos pequenos que não deixam vestígios de terem visitado a área. Portanto o Ecoturismo pode ser entendido como o turismo sustentável praticado em áreas naturais.

O turismo sustentável mantém os recursos naturais sem agredi-los, ao mesmo tempo que observa sua viabilidade econômica. O turismo de natureza pode

ser praticado de forma sustentável ou não, enquanto que o Ecoturismo traz tanto o conceito de sustentabilidade quanto os de aspectos da natureza.

Segundo a Declaração de Québec, foram estabelecidos os princípios específicos que diferenciam o Ecoturismo sobre o conceito mais amplo de turismo sustentável. Esses princípios específicos são:

1. Contribui ativamente à conservação do patrimônio natural e cultural,
2. Inclui as comunidades locais e indígenas em seu planejamento, desenvolvimento, exploração e contribuição a seu bem-estar,
3. Interpreta o patrimônio natural e cultural do destino para os visitantes,
4. É melhor aos viajantes independentes, bem como aos circuitos organizados para grupos de tamanho reduzido (DIAS, 2003, p. 107-108).

O ecoturismo não deve ser reduzido apenas sobre o que é turismo sustentável. Ele possui aspectos próprios que não são observados em outro tipo de turismo. Podemos destacar que conserva tanto os patrimônios naturais como os culturais, inclui as comunidades no processo de desenvolvimento e pode ser praticado tanto por um só viajante como para um grupo, desde que respeitem os limites de capacidade de carga.

Segundo Wood (2002), o ecoturismo tem sido definido pelo mercado turístico como forma de turismo baseado na natureza, mas ele também tem sido formulado e estudado como ferramenta de desenvolvimento sustentável pelas ONG's, especializadas em desenvolvimento e acadêmicos desde 1990. O termo Ecoturismo, portanto, refere-se por um lado a um conceito que apresenta um conjunto de princípios, por outro lado, um segmento específico de mercado.

Ceballos-Lascuráin (1996, p.46) propõe nove requisitos às operações com turistas para serem consideradas como ecoturismo:

1. Promove uma ética ambiental positiva e fomenta um comportamento particular entre seus participantes.
2. Não degrada o recurso. Não implica consumo erosivo do meio ambiente natural.
3. Concentra-se nos valores intrínsecos mais do que os extrínsecos. As instalações e serviços podem facilitar o acesso aos recursos intrínsecos, mas nunca se consideram atrativos por si próprios e não acrescentam valor ao recurso.
4. Está orientado em torno ao meio ambiente em questão e não no homem.
5. Deve beneficiar a vida selvagem e o meio ambiente. A questão de que o meio ambiente recebe benefícios pode ser medida social, econômica, científica, gerencial e politicamente. Pelo menos, o meio ambiente deve obter benefício concreto contribuindo para sua sustentabilidade e integridade ecológica.
6. Providencia um contato direto com o meio natural.
7. Envolve ativamente as comunidades locais no processo do turismo de tal maneira que passam a beneficiar-se dele, o que contribui para melhor valorização dos recursos nessa comunidade local.

8. Seu nível de gratificação mede-se em termos de educação e/ou apreciação mais que em busca de emoções fortes ou esforço físico.
9. Envolve considerável preparação e exige conhecimento profundo tanto por parte dos guias como dos participantes. A satisfação obtida da experiência é sentida e manifesta-se fortemente na forma de emoção e inspiração.

O ecoturismo difere do turismo tradicional, pois requer pouco investimento em infra e estrutura e alto em capacitação, conhecimento, organização e informação. Isto deve-se do fato de o ecoturismo exigir maior preparação e capacidade de enfrentar a concorrência, visto que se baseia na existência de recursos excepcionais, daí o alto preço pago pelos ecoturistas, pois diferentemente dos centros tradicionais que fornecem um produto padronizado, a possibilidade de substituição de um recurso natural é quase impossível.

De acordo com Budowski (2001) o ecoturismo pode trazer impactos às comunidades, em termos de benefícios, podem ser:

1. Benefício econômico: a renda obtida com o ecoturismo pode ser maior ou menor, dependendo da gestão e planejamento dos envolvidos. Essa renda pode ser obtida com a cobrança de entrada em áreas protegidas. Os turistas gastariam com hotéis, alimentação, transporte etc.;
2. Baixo impacto do ecoturismo: se cuidadosamente regulado, é praticado por pessoas que se interessem pelo contato com a natureza, que se disponham a causar menor impacto possível e que respeitem os costumes locais;
3. Valor agregado às áreas protegidas: a utilização dos turistas de áreas que por meio de seus resultados geraram benefícios tangíveis (geração de empregos) como outros (biodiversidade), ocasionando o não desaparecimento de áreas de interesse biológico;
4. O ecoturismo promove um manejo maior de áreas protegidas devido à presença do turista melhora-se em segurança, em acomodações, há o melhoramento das trilhas etc.;
5. O aumento do Ecoturismo influencia, favoravelmente, as atividades educativas e científicas: a abertura de áreas para visitação turística aumenta o interesse por estudos da flora e da fauna. As visitas feitas por escolas despertam a conscientização dos educandos para o uso racional dos recursos naturais;

6. A conservação da biodiversidade é favorecida: o ecoturismo contribui para o alerta sobre espécies em perigo de extinção e estimula a sua conservação;
7. Combinações vantajosas com o turismo rural e outras formas de turismo: o ecoturismo pode ser combinado com outros tipos de turismo, como é o caso do turismo rural. Onde não existam acomodações em hotéis ou que esses sejam reduzidos, como o Pantanal, turistas podem ficar alojados em sítios ou fazendas, realizando passeios de observação, andando trilhas, usufruindo assim tanto do turismo rural quanto do ecoturismo.

Vê-se que a atividade do ecoturismo está atrelada a diversos impactos positivos que quando trabalhados de forma ordenada e planejada podem maximizar ainda mais estas questões.

Desta forma, é necessário compreender que o ecoturismo e o turismo de aventura são hoje uma das principais formas de prática do turista, pois são atividades que estão orientadas para o mínimo impactos, além do público-alvo ter discernimento sobre os problemas que eles podem causar se não for utilizado de forma correta.

2.2 Turismo de aventura

O turismo de aventura pode ser definido primeiramente como um subproduto do Ecoturismo, possuindo características mercadológicas próprias devido ao crescimento que vem recebendo. No Brasil, esse segmento ganhou destaque na última década e, com isso, surgiram vários empreendimentos, oferecendo produtos e serviços específicos, ocasionados pela mudança de estilo de vida dos consumidores, mais preocupados com a saúde e questões como preservação do meio-ambiente.

Essa atividade traz não tão somente benefícios à comunidade receptora, mas também todo um leque de acontecimentos, como fornecedores e outras atividades associadas. Com base em dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo de aventura teve um crescimento a partir de 1998 superior a 20% ao ano e somente no mercado dos Estados Unidos movimentou cerca de 25 bilhões de dólares. Os conceitos que norteiam a definição de turismo de aventura baseia-se na

atividade turística e território e ao território em relação a motivação dos turistas. Nesse contexto define-se como “movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”.

No documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, lançado em 1994 pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), o Turismo de Aventura (atividades com características mais fortemente vinculadas à “aventura”, ao “risco” e ao “radicalismo”) – traz em seu bojo a discussão de ter como seu elemento fundante o desenvolvimento sustentável.

Contudo, muitos são os autores e autoras (Dóris Ruschmann, Célia Serrano, Silvio Figueiredo, Maria Célia Coelho, Luzia Coriolano, Ricardo Uvinha, entre outros), que têm buscado fazer análises críticas sobre as concepções teórico-práticas dos projetos e ações executados em todo o Brasil, os quais se autodenominam de ecoturismo e turismo de aventura, no entanto, refletem práticas pouco preocupadas com os preceitos defendidos originalmente.

O Turismo de Aventura, situado na polissemia do termo e da multiplicidade das atividades do Ecoturismo (SERRANO, 2000), remete preocupações em termos de planejamento, gestão e sustentabilidade. Tem sido incluído nas discussões gerais sobre Ecoturismo, no que se refere ao Poder Público, com sua inserção nos projetos maiores de desenvolvimento do “Turismo Verde”, do Governo Federal, que visa desenvolver o turismo de aventura na Amazônia brasileira e está inserido no programa “Avança Brasil” (MMA, 2005a). Abarca o Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR e amplia a previsão de recursos na mesma direção. (MMA, 2005a) O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) realizou em Caeté-MG (abril de 2001) uma oficina de planejamento, com o intuito de elaborar um Plano de Ação, subsidiando a fundamentação de uma Política Nacional de Fomento ao Turismo de Aventura e de conceber a estrutura básica de um Guia Nacional de Turismo de Aventura e de um Manual de Orientação aos Municípios. Como resultado dessa oficina, foi sistematizado, por meio de um relatório, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura (PNDSTA) (BRASIL/EMBRATUR, 2001).

De acordo com Célia Serrano (2000, p. 9), “podemos considerar o Ecoturismo como uma idéia “guarda-chuva”, pois envolve uma multiplicidade de atividades como *trekking*, *hiking*, escaladas, rapel, espeleologia, *mountain biking*,

cavalgadas, mergulho, *rafting*, *floating*, *cayaking*, vela, vôo livre, *paragliding*, balonismo, estudos do meio, safári fotográfico, observação de fauna e de flora, pesca (*catch-release*), turismo esotérico e turismo rural, para citar as mais usuais”.

Tendo em vista os três elementos da natureza (terra, água e ar), foram divididas as práticas do turismo de aventura nessas três modalidades:

a) *Terra*:

- 1) Arvorismo - locomoção por percurso em altura instalado em árvores e outras estruturas construídas (Foto 2);



Foto 2: Arvorismo
Fonte: Esportes... (2009)

- 2) Atividades ciclísticas - percurso em vias convencionais e não convencionais em bicicletas, também denominadas de cicloturismo;
- 3) Atividades em cavernas - observação e apreciação de ambientes subterrâneos, também conhecidas como caving e espeleoturismo;
- 4) Atividades eqüestres - percursos em vias convencionais e não convencionais em montaria, também tratadas de turismo eqüestre;
- 5) Atividades fora-de-estrada - percursos em vias convencionais e não convencionais, com trechos de difícil acesso, em veículos apropriados; Também denominadas de Turismo Fora-de-Estrada ou *off-road*;
- 6) *Bunguee jump* - salto com o uso de corda elástica (Foto 3);



Foto 3: Bungee jump
Fonte: Bungee... (2000)

- 7) Cachoeirismo - descida em quedas d'água utilizando técnicas verticais, seguindo ou não o curso da água;
- 8) Canionismo - descida em cursos d'água transpondo obstáculos quáticos ou verticais com a utilização de técnicas verticais. O curso d'água pode ser intermitente;
- 9) Caminhadas - percursos a pé em itinerário pré-definido;
- 10) Curta duração - caminhada de um dia. Também conhecida por *hiking*;
- 11) Longa duração - caminhada de mais de um dia. Também conhecida por *trekking*;
- 12) Escalada - ascensão de montanhas, paredes artificiais, blocos rochosos utilizando técnicas verticais;
- 13) Montanhismo - caminhada, escalada ou ambos, praticada em ambiente de montanha;
- 14) Rapel - técnica vertical de descida em corda. Por extensão, nomeiam-se, também, as atividades de descida que utilizam essa técnica (Foto 4);



Foto 4: Rapel
Fonte: Lumiar... (2008)

15) Tirolesa - deslizamento entre dois pontos afastados horizontalmente em desnível, ligados por cabo ou corda.

b) Água:

1) Bóia-cross - descida em corredeiras utilizando bóias infláveis. Também conhecida como *acqua-ride* (Foto 5);



Foto 5: Bóia-cross
Fonte: Brotas... (2009)

- 2) Canoagem - percurso aquaviário utilizando canoas, caiaques, *ducks* e remos;
- 3) Mergulho - imersão profunda ou superficial em ambientes submersos, praticado com ou sem o uso de equipamento especial;
- 4) *Rafting* - descida em corredeiras utilizando botes infláveis.

c) Ar:

- 1) Asa delta - voo com aerofólio impulsionado pelo vento;
- 2) Balonismo - voo com balão de ar quente e técnicas de dirigibilidade

(Foto 6);



Foto 6: Balonismo

Fonte: Blumenau... (2009)

- 3) Parapente - voo de longa distância com o uso de aerofólio (semelhante a um pára-quedas) impulsionado pelo vento e aberto durante todo o percurso, a partir de determinado desnível;
- 4) Pára-quedismo - salto em queda livre com o uso de pára-quedas aberto para aterrissagem, normalmente a partir de um avião;
- 5) Ultraleve - voo em aeronave motorizada de estrutura simples e leve.

O Maranhão por sua ampla diversidade em fauna e flora pode e deve oferecer boas possibilidades para o turismo de aventura. Um simples exemplo são os Lençóis Maranhenses (mar, natureza, rios etc.), a Chapada das Mesas (rios, cachoeiras, trilhas, entre outros). Este último exemplo oferece florestas, sertões e trilhas, um apelo também aos esportes ditos radicais, a exemplo do *rapele*. Têm sido

muito evidenciados Carolina e Riachão, dizendo-se boas perspectivas para o Sítio Cocal. O camping é outra atividade interessante nessa região em tela.

Quanto aos Lençóis, têm sido muito divulgadas suas areias, lagoas, mares, dizendo-se maravilhas do rio Preguiças. Busca-se aí, nos Lençóis, a prática do *Kite surf*, do *Wuid skate*, do *Wuid surf* e outros mais.

Portanto, viu-se que o turismo de aventura é um importante gerador de desenvolvimento econômico para as comunidades que a praticam e o quanto é importante para a expansão do Turismo no Brasil e em especial no Maranhão, que vimos uma quantidade de destinos que encontram-se parcialmente desconhecidos e que podem vir a ser explorados, melhorando a estampa do nosso Estado no cenário Mundial.

2.2.1 Trilhas e sinalização

As mais antigas trilhas surgiram pelo movimento dos grandes animais nos seus processos migratórios. O ser humano passou a se utilizar das trilhas por diversos motivos, como procura de alimentos e água, peregrinações e até ações militares (MOREIRA, 1975).

Os cartagineses teriam sido os primeiros a revestir seus caminhos com pedras rústicas, nos locais pantanosos. No entanto alguns séculos antes da era cristã *Apíus Cláudius*, imperador romano, construiu notável estrada de quase duzentos quilômetros de extensão entre Roma e Cápuia, no sul da península itálica. O seu leito era revestido por diversas camadas de lajes e lajotas de pedra, dando grande consistência aos trechos que cruzavam os banhados litorâneos. Tal estrada, obra de grande valor arquitetônico, passou para a história com o nome de “Via Ápia”. Afirma-se que outros caminhos deixaram sinais evidentes de natureza lítica na era da pré-história árabe, babilônica, persa e grega, como também entre os povos asiáticos (MOREIRA, 1975).

A principal função das trilhas inicialmente foi para fins de facilitar o deslocamento, contudo, com o passar dos anos foi sendo substituída para a apreciação e maior contato com a natureza.

No Brasil estudos retratam que as primeiras trilhas surgiram na época pré-

cabralina, onde a mais importante foi a de Pearibu (ape + abiru = caminho batido) que provavelmente ligavam as tribos da nação guarani com tribos do Sul do Brasil.

Conforme Petrone (1965), o caminho denominado Peabiru, que os jesuítas teriam denominado Caminho de São Tomé, constituiria um dos mais importantes caminhos pré-colombianos, excetuando-se o eixo viário incaico.

Devido à crescente urbanização, torna-se também notável a procura por espaços naturais para a prática de exercícios, como, por exemplo, uma caminhada, para a melhoria das condições físicas e mentais.

Belart (1978) considera que, andar, caminhar, passear, escalar, excursionar, longe do atropelo, da aglomeração, do ruído e do tráfego de veículos é, um dos passatempos favoritos da maioria das pessoas. É a forma de recreação mais econômica, mais sadia e que maiores oportunidades oferecem à observação, pesquisa e tranquilidade.

As trilhas oferecem importante recreação para as pessoas, pois nelas os indivíduos podem praticar exercícios que culminem em sua saúde, da mesma forma que não pagam por isso. Além do mais, proporcionam o descanso da mente, do corpo e a admiração da paisagem.

Ao longo deste século, desenvolveu-se a criação de um sistema e implantação de áreas que contemplassem a parte urbana, tendo como exemplo, os parques.

A partir da criação do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, iniciou no Brasil o estabelecimento do que hoje se denomina unidades de conservação que, ocorrendo planejamento e implantadas de forma correta, poderiam conter um sistema de trilhas organizado. São Paulo foi o pioneiro criando seu primeiro Parque Estadual, em 1941, o de Campos do Jordão.

Passados mais de 50 anos de criação do primeiro Parque Nacional, o Brasil encontra-se muita atrás em relação a outros países no que diz respeito a um sistema nacional ou estadual de unidades de conservação. Nossas áreas naturais, onde um sistema de trilhas para uso público seria compatível, não possuem infra e estrutura adequada. As trilhas existentes, principalmente de longa distância, não recebem qualquer tipo de manutenção; quase todas sofrem o problema de erosão e há pontos críticos com relação à segurança; surgem não se sabe de onde e frequentemente desaparecem tomadas pelo mato devido ao desuso. Algumas ainda apresentam bifurcações que não levam a lugar nenhum. Soma-se a isto a constante ausência de

mapas e sinalização.

As trilhas vêm a ser uma nova ação do homem na natureza, provocando tanto impacto físico como visual, sonoro e de cheiro. Ao mesmo tempo constituem um meio de canalizar o impacto do homem e de circunscrevê-lo a um itinerário restrito (GUILLAUMON, 1977).

Quando as trilhas atravessam ou estão circunscritas às unidades de conservação, passam normalmente por ambientes naturais muitas vezes frágeis ou carentes de proteção. Os efeitos que uma trilha causa no ambiente ocorrem principalmente na superfície da trilha propriamente dita, mas, segundo a área afetada corresponde normalmente a um metro a partir de cada lado (SCHELAS, 1986).

Conforme destaca Schelhas (1986), as trilhas causam impactos em quatro ambientes, dentre eles podemos destacar:

1. Solo: há dois principais fatores de alteração do solo decorrentes da utilização de trilhas: compactação e erosão. O efeito do pisoteamento do solo produz um impacto mecânico direto que resulta na diminuição de seus poros. Compactando-se o solo, diminui sua capacidade de retenção de ar e absorção de água, alterando assim sua capacidade de sustentar a vida vegetal e animal associada além disso o processo de erosão;
2. Vegetação: o pisoteamento constante do chão da trilha acaba destruindo as plantas por choque mecânico direta e indiretamente por compactação do solo. A erosão do solo, por sua vez, expõe as raízes das plantas dificultando sua sustentação e facilitando a contaminação das raízes por pragas, o que compromete toda a planta;
3. Fauna: o impacto de trilhas em relação à fauna ainda não é bem conhecido. Provavelmente deve haver uma alteração no número de indivíduos de cada espécie, isto é, um aumento no caso de espécies tolerantes à presença humana e uma diminuição para aquelas mais sensíveis. Quando é detectado um grave distúrbio na fauna em decorrência do uso de trilhas, pode-se recorrer a alteração no traçado ou seu fechamento. Este último pode ser dividido em fechamento total, a trilha deixa de ser usada; ou parcial, a trilha deixa de ser usada somente em períodos críticos como épocas de reprodução.

Conforme Guillaumon (1977), a multiplicação de trilhas pode ainda fragmentar a área necessária a algumas espécies animais, provocando interferência em suas rotas de deslocamento, destruição do habitat dos animais de caça, destruição de abrigos para carnívoros, etc.

2.2.2 Paisagem

O termo paisagem é o resultado material de todos os processos (naturais e sociais) que ocorrem em um determinado sítio. A paisagem é, portanto, construída a partir da junção de todos os elementos presentes neste local e sua apreensão se dá pela imagem resultante dela, podendo dizer que paisagem é aquela que pode ser abrangida pelo olhar. Uma paisagem é o mesmo que um espaço: é tudo que se possa ver a seu redor, isto é, tudo o que possa ser visto numa extensão ou espaço.

Em outra definição, paisagem é um sistema complexo e dinâmico, onde diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto. Determina e é determinada pela Ecologia, fatores culturais, emotivo-sensoriais e socio e econômicos. Devido a isto, o termo é normalmente usado para se referir às perspectivas existentes em cada ambiente, sendo inclusive uma categoria da pintura.

Paisagem é tudo o que vemos em determinado momento. Todos os objetos e seres vivos presentes em determinado lugar são elementos que formam a paisagem. Esses elementos podem ser naturais ou humanizados.

Os geógrafos produziram uma reflexão conceitual própria, seguindo os passos de Humboldt e de outros naturalistas românticos. A geografia, tendo como objeto de estudo a paisagem, introduziu enquanto disciplina acadêmica. Estes geógrafos associaram “a paisagem a porções do espaço relativamente amplas que se destacavam visualmente por possuírem características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumirem uma individualidade” (HOLZER, 1999, p.151). O conceito varia de sentidos de acordo com a escala de observação e os critérios de classificação, conforme a geografia for entendida prioritariamente como ciência natural ou como ciência humana (CHANTAL ; RAISON, 2009).

De acordo com Chantal e Raison (1986, p.138) o termo paisagem significa:

Paisagem, palavra de uso cotidiano, que cada pessoa utiliza a seu modo; o que não impediu de se tornar um vocábulo à moda. Paisagem, uma destas noções utilizadas por um número sempre crescente de disciplinas, que muitas vezes ainda se ignoram. Paisagem, enfim, um dos temas clássicos da investigação geográfica. Conforme o interesse do que é objeto ou uma maneira como se encara a própria noção de paisagem difere. Se um geógrafo, um historiador, um arquiteto se debruçarem sobre a mesma paisagem, o resultado de seus trabalhos e a maneira de conduzi-los serão diferentes, segundo o ângulo de visão de cada um dos que a examinam.

A palavra paisagem é de uso corriqueiro e é mais utilizada para a Geografia, mas dentro do contexto turístico tem fundamental importância, pois trata daquilo que é motivação turística, uma bela paisagem. Contudo, ela pode vir a ser bela ou não, dependendo de quem a vê.

O conceito de paisagem e seus significados objetivos e subjetivos, marca e matriz, real e representação, material e mental, tempo e cultura formatando o espaço, impregnado de diversos símbolos, reveladora de relações de poder, etc., nos confirma a polissemia e amplitude do conceito. Revelada de acordo com a matriz epistemológica segundo o qual se está embasado. Enfim, paisagem é um conceito-chave para nós geógrafos a partir do qual podemos construir diversificadas abordagens, as mais ricas possíveis para a nossa ciência (CASTRO, 2002).

2.2.3 Turismo de observação

Os animais, as plantas e a natureza em si, sempre despertaram admiração e curiosidade no homem. Essa atratividade faz com que alguns estudiosos considerem o turismo de observação como grande potencial dentro do Turismo.

Orans (1996) comenta que existe uma gama de oportunidades que permitem os turistas entrarem em contato com os animais. Em um extremo estão as atividades que os animais selvagens encontram-se em completo confinamento. Nessa categoria, estão os ambientes que apresentam estruturas, como grades e jaulas, que facilitam a observação dos animais pelo homem. Como exemplo desse tipo de ambiente estão os zoológicos e os circos.

Existem oportunidades de observação da fauna que mantêm os animais em condições de parcial confinamento (semicativeiro). Como exemplos, os parques de safáris e os centros de reabilitação animal.

No outro extremo, há os locais em que os animais encontram-se em liberdade total. Esses locais são caracterizados pelo mínimo de construções ou alterações antrópicas e não há nenhuma estrutura física com o objetivo de limitar o movimento dos animais. Os locais em que os animais encontram-se totalmente livres, geralmente, envolvem um maior esforço por parte dos turistas para observá-los, quando comparados aos locais em que os animais estão confinados ou em parcial confinamento. Como exemplo podemos citar os parques nacionais, as colônias de reprodução e as rotas de migração animal.

Duffus e Dearden (1990), assim como Orans (1996), também consideram ainda três possibilidades de interação do homem com a vida selvagem. Primeiramente existem os de alto consumo, que são aqueles que se incluem nas atividades de caça e pesca. Em segundo estão os de baixo consumo, onde estão os zoológicos, oceanográficos. E, por último, classificam-se os sem consumo, que correspondem apenas pela observação de animais, aves, plantas etc. A interação entre o homem e a vida selvagem de forma não consumível pode ser definida como a forma de recreação em que o animal que está servindo de objeto de recreação para o homem não é propositalmente afetado ou removido de seu ambiente durante a interação. Estes mesmos autores referem que o termo não consumível não pode ser utilizado como sinônimo de atividade com impacto zero.

No entanto, deve-se salientar que, apesar de estar ocorrendo essa maior procura por atividades que possibilitem a observação em seu próprio habitat, o meio ainda mais difundido são os zoológicos (GAUTHIER, 1993). Esses ambientes remontam ao século XV, atualmente existem mais de 10.000 zoológicos espalhados pelo mundo. Shackley (1996) destaca que zoológicos como o de Berlin (Alemanha) recebeu mais de 2 milhões de visitantes por ano entre 1990 e 1994. Copenhagem (Dinamarca) e Rotterdam (Holanda) receberam mais visitantes do que qualquer outra atração dessas cidades no início dos anos 90. Contudo, a popularidade dos zoológicos tem diminuído, devido principalmente ao crescimento dos organismos de defesa dos animais e de denúncias que relatam os maus tratos sofridos pelos animais de zoológicos e o surgimento de outras atividades turísticas que envolvem a natureza.

O fato de se observar um animal atrás das grades já não satisfaz mais o homem. Claro que a observação não consumível traz certo grau de impacto, mas com certeza é bem menor do que atividades que eliminem um organismo do seu meio ambiente, como é o caso da caça e a pesca.

Duffus e Dearden (1990) explicam que o turismo de observação de forma não consumível aporta não somente a geração de benefícios econômicos, mas também a mudança de comportamento dos turistas, que se tornam mais preocupados com as questões ambientais. Isto faz com que haja uma maior manutenção da natureza, ou através de recursos financeiros ou apenas por atitudes. Contudo, esses autores explicam que não é qualquer representante da fauna que desperta a curiosidade dos turistas. Isso se deve a alguns animais terem características peculiares, enquanto outros não agradam tanto assim aos visitantes.

Davies (1990) refere que os pássaros, os mamíferos e as borboletas estão entre os animais que mais despertam interesse das pessoas. Existem outros elementos de uma espécie ou grupo animal que também podem contribuir para despertar o interesse das pessoas, como o colorido, o canto, a raridade e a quantidade de indivíduos de uma determinada espécie em um local.

O Brasil é um grande país que possui um dos mais variados ecossistemas do planeta, com espécies da fauna e da flora que nos são exclusivas. Mesmo com todo esse potencial nas mãos a atividade de observação ainda é pouco difundida. A mais conhecida é a de observação de baleias (Foto 7) no litoral de Santa Catarina e nos safáris no Pantanal Mato-Grossense.



Foto 7: Observação de baleias
Fonte: SE VOCÊ... (2009)

De acordo com Duffus e Dearden (1990), o enfoque central da atividade de lazer é o prazer não-consumista, advindo da natureza, por meio de atividades tais como caminhadas, fotografia, *rafting*, observação de baleias e aves. O valor dessa atividade, às vezes chamado de “valor de amenidade” (WILSON, 2003) pode ser

considerável, especialmente se avaliarmos sua sustentabilidade, pois os visitantes de uma determinada região continuarão a visitá-la enquanto suas características naturais continuarem conservadas (PRIMACK ; RODRIGUES, 2002). Esta nova relação com o meio natural destoa integralmente as primeiras viagens exploratórias no século XVIII, quando o foco principal não era a contemplação e a conservação, mas sim a coleta de animais para coleções particulares e museus. Segundo Tapper (2006), a observação de vida selvagem é uma atividade relacionada simplesmente à contemplação de fauna, distinta de outras formas de atividades relacionadas ao meio natural, como caça e pesca. É essencialmente uma atividade contemplativa, embora em alguns casos envolva interação com os animais observados, como tocar ou alimentá-los.

Portanto, todas essas atividades já mencionadas (turismo de observação, de aventura, paisagem etc.) no decorrer destes capítulos, são atividades que podem vir a ser praticadas na Ilha Duas Irmãs serão propostas em seguida no exposto que trata de Roteiro turístico.

2.3 Roteiro turístico

Neste tópico são abordados aspectos inerentes à operação turística; portanto, é necessário que se façam comentários sobre roteiros turísticos e outros aspectos que exercem influência sobre eles.

Os roteiros são aqueles que abordam temas específicos, agregando as potencialidades de um determinado produto natural ou cultural, transformando-os em produtos turísticos a serem comercializados.

Segundo Bahl (2004, p.31):

um roteiro turístico resume todo um processo de ordenação de elementos intervenientes na efetivação de uma viagem. O roteiro pode estabelecer as diretrizes para desencadear a posterior circulação turística, seguindo determinados trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional dos atrativos a visitar.

Os roteiros basicamente tratam de temas específicos que por sua vez, identificam e combinam as potencialidades de um determinado ambiente natural e

cultural, interpretando-as, agrupando-as e transformando-as em produto turístico a ser comercializado.

No entendimento de Nitsche (2007, p. 50) roteiro turístico é “um roteiro pertinente ao estudo de caso compreende vários atrativos dispostos num determinado espaço, interligados por via de acesso, normalmente sinalizadas de forma a prestar orientações ao visitante”.

A definição acima é percebida no contexto do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que apresenta a “roteirização turística” como uma diretriz operacional que pretende “a criação de novos produtos turísticos com qualidade e, a ampliação, a diversificação e a qualificação dos já existentes, contribuindo para o objetivo do programa de regionalizar a oferta turística” (BRASIL, 2005b, p. 35).

Complementando, um roteiro turístico tem como finalidade valorizar os aspectos naturais e culturais de uma localidade, associando-se ao conjunto de serviços prestados de qualidade, pois a prioridade maior de um roteiro turístico é tornar-se uma ferramenta facilitadora da promoção, divulgação e venda de um destino.

Segundo Bahl (2004), o roteiro deve ser bem planejado e criativo, visto que é necessário que o mesmo desperte interesse no cliente, no caso o turista, para que não haja evasão durante o percurso. De um modo geral o roteiro deve seguir a seguinte estrutura:

1. O dia da semana em que se inicia o passeio.
2. Os horários de previsão de partida e chegada das cidades onde o visitante irá passar seu tempo.
3. Uma breve descrição dos locais com os pontos turísticos a serem visitados.
4. Local das paradas para refeição e alojamento;

Distância em quilômetros de uma cidade a outra. (MOLETTA; GARCIA, 2000). Para Bahl (2004), roteiro deve conter os seguintes dados;

- a) Estudo preliminar do calendário anual;
- b) Análise do itinerário baseado no estudo e levantamento dos pontos de interesse (exemplo:distancia);
- c) Aspecto promocional do turismo;
- d) Programações dos destinos

- e) Transporte;
- f) Tempo/duração;
- g) Custo;
- h) Horário de chegada e saída;
- i) Meios de hospedagem;
- j) Restaurantes;
- k) Horários;
- l) Taxas;
- m) Entre outros.

Pontos importantes que também devem ser levados em consideração são:

1. Conhecimento do local,
2. Definição do roteiro,
3. Orçamento dos serviços,
4. Preço,
5. Outros serviços,
6. Condições gerais,
7. Empresas de transporte,
8. Hotel,
9. Restaurantes,
10. Guia de turismo (MOLETTA; GARCIA, 2000)

Portanto, um roteiro bem elaborado deve primar pela qualidade e criatividade dos serviços oferecidos. Cumpre também explorar-se a localidade para serem identificados os melhores pontos e trajetos a serem implementados no roteiro. Se possível, fazer visitas preliminares para serem avistadas possíveis falhas e, com isso, possíveis mudanças. Analisando-se todos esses fatos, percebemos que o roteiro turístico é fundamental para a oferta turística e deve ser atrativo, pois o sucesso de um destino baseia-se na motivação do turista.

3 PRESERVAÇÃO X IMPACTOS AMBIENTAIS

As relações entre os seres humanos e o meio ambiente, há algum tempo, segundo Inácio (1997), já vêm sendo discutidas e despertando interesse crescente

em várias áreas de conhecimento humano. É inegável não reconhecer a importância da interação homem-natureza, embora seja conveniente entender como se processa tal interação. No que tange à ética ambiental é necessário conscientizar as pessoas a respeito da valorização e preservação do meio ambiente natural, sob pena de que este espaço possa tornar-se um recurso findável.

O Turismo é uma atividade que a sua sobrevivência está nas mãos da Natureza, ou seja, ele precisa que os recursos naturais estejam mantidos para que essa atividade sobreviva. Não só o turismo, mas a humanidade precisa que a Natureza e o meio ambiente estejam em harmonia, havendo assim uma conservação da vida humana. Mostra-se então como a preservação x impactos ambientais estão sendo tratados pelos indivíduos e os governos em modo geral, em especial no Brasil.

No Brasil há uma crescente literatura abordando os impactos ambientais do Turismo, entre os quais podemos destacar Rushmann (2001), Seabra (2001), Pires (2001), Faria e Carneiro (2001), Lemos (2001), Kinker (2002), Rose (2002), Costa (2002), Coriolano (2002), Seabra (2003), e Marinho e Bruhns (2003), só citando-se os mais recentes. Este fato nos permite abordar a ótica dos problemas ambientais ocasionados pelo Turismo, levando-se em conta nossas particularidades, usos e costumes, o que deve facilitar o planejamento do desenvolvimento turístico, particularmente em áreas onde os recursos naturais encontram-se razoavelmente preservados Dias (2001, p.86)

Mesmo que os impactos ambientais tornem-se visíveis e que as áreas protegidas sejam em menor escala, a indústria turística possui meios para a preservação e conservação através de contribuições financeiras, reformulando-se o planejamento, elevando-se a consciência sobre a importância do meio ambiente e conservando-se os ambientes naturais, através da limitação de visitas em ecossistemas frágeis (DIAS, 2003).

A contribuição direta do turismo para o meio ambiente pode ser observada na Ilha Fernando de Noronha, por exemplo, onde são cobradas taxas de visitação para os turistas a fim de reduzir a quantidade e o tempo de permanência no local. É cobrada uma taxa de R\$: 21,00 por dia e por pessoa, não se ultrapassando 460 turistas por vez. Mecanismos como a captação da renda da venda de ingressos em parques e áreas protegidas podem ser utilizadas para o pagamento do gerenciamento e a proteção das áreas mais ameaçadas do ponto de vista ambiental.

O turismo contribui para que as pessoas se conscientizem sobre as

questões ambientais, fazendo com que elas tenham um contato com o ambiente natural e adotem atitudes para preservação do meio ambiente. Medidas como passeios com estudantes em áreas de preservação monitorados por professores são um recurso didático perfeito, para que eles tenham um contato direto com esses ambientes naturais. Tais medidas “se tornam mais impactantes do que fotos ou filmes na televisão, pois nada substitui o contato direto” (DIAS, 2003, p.99).

A atividade turística pode contribuir de forma significativa para a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais. Devido à atração que exercem, s locais naturais possuem valor inestimável para o turismo, existindo assim a necessidade de mantê-los preservados, podendo-se tornar Unidades de Conservação ou outras áreas de proteção ambiental.

O turismo tem efeito positivo sobre a manutenção da vida selvagem, principalmente na África, América do Sul, Ásia, Austrália e Pacífico Sul. Várias espécies de animais e plantas estariam em extinção se não tivessem se tornado atrações turísticas. Por isso muitos países cuidam de suas reservas como importantes fontes de receita e geração de renda para sua economia. Como exemplo, “os Gorilas de Ruanda, os orangotangos de Bornéu e Sumatra têm atraído atenção internacional, inclusive de astros de cinema. O *Kruger Park*, na África do Sul, por exemplo, é visitado por 700 mil pessoas por ano” (DIAS, 2003, p.99)

Outro exemplo a ser citado é Brotas. Há pouco tempo não passava de uma pacata cidade do interior de São Paulo. Resolveu apostar na natureza, reuniu mais de “dez atividades diferentes num mesmo lugar e juntou tudo isso com o conforto de boas pousadas, resultando assim na transformação em um dos destinos de turismo ecológico mais procurados do país” (CAPUANO, 2000, p. 25).

Esse trecho de reportagem ilustra parte de um discurso de promoção do turismo e, como tal, registra elementos da natureza como algo de extremo significado turístico, ao mesmo tempo rotula o ambiente natural como mercadoria, a qual pode ser vendida para os turistas, com fins de experimentação.

Sabe-se que o ambiente natural é de certa forma mercadoria a ser vendida pelo turismo. A qualidade dos recursos naturais e os construídos pelo homem são imprescindíveis, mas o relacionamento deste com o meio ambiente é bastante complexo. A maioria dos impactos causados pelo turismo são a construção de obras de infra e estrutura como rodovias, aeroportos, resorts, hotéis, restaurantes, áreas de lazer, ou seja, locais fundamentais para o turismo. Mas também vale ressaltar que

impactos negativos desses locais culminam na destruição de recursos naturais dos quais dependem o turismo.

Os impactos causados pelo homem na natureza, por mais que sejam mínimos, jamais serão inexistentes. De acordo com Western (2001, p.21), não “importa o grau do impacto, mas e, sim, o impacto”. Ele exemplifica que, se um vírus acidentalmente for transmitido por um único amante da natureza bem-intencionado pode ele ameaçar o gorila da montanha. Uma das poucas sementes transportadas na lama das botas de um caminhante pode introduzir uma erva daninha intrusa em um frágil ecossistema montanhoso. Portanto, a preocupação deve ser canalizada para a forma com que o turismo está sendo empregado em um determinado destino, tentando-se assim minimizar os impactos. Devido também ao turismo ter um crescimento rápido, os agentes como Prefeituras, Governos Estaduais, não atentarem para tal fato. A atividade turística possui capacidade de alterar o meio ambiente em curto prazo e os agentes econômicos preocupam-se também no retorno financeiro em tempo hábil, não ocorrendo os investimentos necessários nessas áreas; a degradação das paisagens naturais, então, tende a não suportar a recuperação.

Em vista do exposto, devemos ter em mente que o planeta vem sofrendo agressões demasiadamente e os estudos de sustentabilidade nos revelam essas agressões, que o meio ambiente tem sofrido. As experiências obtidas com a atividade turística nos mostram que, quando integrada a um processo de planejamento cuidadoso, produz efeitos positivos no que diz respeito ao meio ambiente, ocasionando assim sua preservação, e a melhoria da rentabilidade e qualidade de vida das comunidades receptoras.

4 SEGURANÇA NA ATIVIDADE TURÍSTICA

O presente capítulo tem como objetivo destacar as práticas de segurança para desenvolver a atividade de ecoturismo e turismo de aventura. Sabe-se que a segurança é a condição de estar protegido de perigo ou perda. O termo segurança tem que ser comparado e contrastado com outros conceitos relacionados: segurança, continuidade, confiabilidade.

De acordo com Kalil (2008):

Não é só quem gosta de sentir frio na barriga que deve ficar atento à segurança na hora de praticar atividades de aventura. Afinal, até uma simples caminhada pode oferecer riscos como escoriações, quedas de desnível, fraturas e luxações. Esse é um dos alertas do Aventura Segura, programa de qualificação e certificação em turismo de aventura criado em um convênio do Mtur (Ministério do Turismo) com a Abeta (Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura), apoiado pelo SEBRAE. A iniciativa visa certificar com um selo empresas de 16 destinos brasileiros que estiverem de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Além do selo, foi criado em 2007, o Programa de Avaliação da Conformidade para Sistema de Gestão da Segurança em Turismo de Aventura (Anexo A) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial que tem como objetivo estabelecer os critérios para o programa de avaliação da conformidade para Sistema de Gestão da Segurança em Turismo de Aventura, com foco na segurança, através do mecanismo de certificação, atendendo aos requisitos da norma ABNT NBR 15331:2006, visando à diminuição de acidentes na prática de atividades de turismo de aventura.

Foram elaboradas Normas Técnicas também para os procedimentos de segurança, conforma abaixo (BRASIL, 2008):

1. Riscos das atividades realizadas;
2. Equipamentos de segurança;
3. Manutenção de veículos e equipamentos;
4. Treinamento e capacitação técnico-profissional;
5. Transporte de pessoas (aéreo, marítimo ou terrestre);
6. Primeiros socorros e conhecimento dos serviços de emergência;
7. Localização dos hospitais mais próximos;
8. Recursos de comunicação;
9. Animais peçonhentos;
10. Possibilidades de alterações climáticas (trombas d'água, rajadas de ventos).

Além disso, a Comissão de Estudos do Sistema de Gestão de Segurança do Turismo de Aventura sugere os seguintes procedimentos (BRASIL, 2008):

- a) Plano de Contingência – é o conjunto planejado de responsabilidades, ações e recursos para lidar com situações adversas previamente identificadas ou situações de emergência. No caso de situações de emergência, para cada tipo de atividade de Turismo de Aventura deve ser elaborado um Plano de Emergência adequado, com procedimentos imediatos e andamentos específicos. Nesse processo, incluem-se a verificação das rotas de fuga, definidas antecipadamente, bem como a

indicação da estrutura médico-hospitalar da localidade ou a mais próxima, acessos para resgate e transportes alternativos. É de fundamental importância que se identifiquem as especialidades médicas e equipamentos disponíveis em relação às atividades de aventura ofertadas. Pode-se, com isso, identificar alternativas para situações eventuais de emergência.

- b) Procedimentos de emergência – corresponde a um plano de ação para situações de emergência, entendido como conjunto planejado de responsabilidades, ações e recursos para lidar com incidentes e acidentes durante a operação. Compreendem-se como acidentes eventos não planejados que resultam em morte, doença, lesão, dano ou outra perda e como incidentes os eventos que originam acidentes ou que tenham potencial para tanto.

Completando, Kalil (2008) destaca ainda os dez mandamentos do turista de aventura consciente:

1. Peça referências e confira se a empresa que oferece serviço está formalizada e se tem alvará de funcionamento;
2. Verifique se a empresa oferece seguro que cubra as atividades de aventura e natureza;
3. Verifique se a empresa conhece e aplica as normas técnicas brasileiras para a atividade que oferece. Pergunte á empresa se ela tem um Sistema de gestão da Segurança implementado, conforme a norma;
4. Os equipamentos devem possuir selo de qualidade, internacional ou nacional, e estar em boas condições de uso;
5. Sempre que tirar os pés do chão esteja de capacete e sempre que entrar na água esteja de colete;
6. Aja de acordo com as regras ambientais em sua aventura: não faça fogo, não contamine o rio e ande sempre por trilhas demarcadas. Produza pouco lixo e traga-o de volta;
7. Confira o estado do estojo de primeiros-socorros que a empresa está levando e tenha em sua mochila seus remédios específicos;
8. Seja responsável, conheça e respeite seus limites;
9. Hidrate-se, alimente-se e mantenha-se aquecido. A melhor pessoa você cuida é você mesmo;
10. Busque empresas que participam do Programa Aventura Segura, do Ministério do Turismo, nos destinos. Pratique turismo de aventura consciência.

A importância da segurança no turismo de aventura e outros, é fator essencial para o bom desenvolvimento de trilhas e roteiros que utilizam a natureza como produto, pois sabe-se que existem diversos riscos em relação a este quesito.

Sendo assim, algumas cidades no Brasil, como Aparatos da Serra (RS) vem investindo na segurança

Um dos pontos que são evidenciados como motivação dos turistas são as questões que norteiam a segurança. A Ilha Duas Irmãs nesse e em outros aspectos encontra-se preparada para o bem estar de seus visitantes. Ela encontra-se em uma área de segurança nacional, próximo da Marinha, do Exército e dos Portos. Na Ilha serão disponibilizadas além de vigias, guias para acompanhar as pessoas, alertando possíveis locais de perigo. A proximidade com o continente é importante caso necessite haver deslocamento por possível motivo de acidente ou doença. Os procedimentos a serem implantados em caso de acidente é que na equipe de funcionários terá uma pessoa que possua noção de primeiros socorros, visto que a remoção do acidentado sem cuidados pode causar danos maiores, onde um médico aguardará o acidentado em terra firme.

Na prática de atividades que desempenhem risco tanto para os turistas quanto para os funcionários, serão utilizados equipamentos (botas, chapéus, luvas) e também no deslocamento do Porto Ponta da Espera até a Ilha Duas Irmãs serão disponibilizados coletes salva-vidas para o transporte dos visitantes, visto que a segurança é uma prática fundamental para uma viagem segura e tranquila.

Sempre que os visitantes estiverem utilizados de equipamentos ou atividades que envolvam o mar, estarão pessoas de prontidão, alertando sobre possíveis riscos e também placas explicativas sobre as áreas próprias e impróprias para o banho.

Por ser uma área envolta em mata, placas explicativas alertarão para que os turistas não joguem cigarro ou outro objeto que possa vir a provocar um incêndio, visto que o local é propenso a vir ser incendiado.

Os pais serão alertados sobre o cuidado com as crianças devido a ser um local cercado de água, por existir animais silvestres e áreas que provoquem risco a estes indivíduos.

Na chegada à ilha será oferecida uma palestra alertando sobre todos os perigos citados, para que o turista sinta-se mais a vontade e que a sua estada seja tranquila e sem nenhuma perturbação. O intuito da utilização da segurança no procedimento e nos equipamentos é que o Turismo é uma pratica que deve conter a segurança como um dos pontos principais, por se tratar de motivação e que a repercussão negativa de um visitante é infinitamente maior que a positiva. Portanto

essas medidas preocupam-se também com o turista, mas sim a manutenção de toda uma prática turística.

5 CARACTERÍSTICAS DA ILHA DUAS IRMÃS

Este capítulo tem como objetivo descrever as características da Ilha Duas Irmãs, tendo como base uma entrevista realizada com o proprietário da mesma.

O município de São Luís tem como característica, suas belas praias e áreas naturais repletas de beleza, contudo sua exploração para o turismo ainda é incipiente. Busca-se assim ampliar as receitas econômicas e sociais através de uma proposta de roteiro ecoturístico, a Ilha Duas Irmãs.

Ela recebe este nome devido a sua formação geográfica. Na maré alta são

vistas duas ilhas, porém na baixa maré nota-se a existência apenas de uma ilha, com aproximadamente 2 km de praia. Também é chamada de Irmã de Dentro e Irmã de Fora.

A ilha Duas Irmãs [Irmã de Dentro e Irmã de Fora (Foto 8)] está localizada em frente da praia do Boqueirão, na Baía de São Marcos, São Luís (MA). Encontram-se cercadas pela ilha do Medo, a companhia Vale do Rio Doce e os portos do Itaqui e o da Ponta da Espera.



Foto 8: Ilha Duas Irmãs (Ilha de Fora e Ilha de Dentro)

Cento e vinte e seis degraus levam ao ponto mais alto, onde se encontra a capela de Nossa Senhora dos Navegantes (Foto 9); dela se tem uma vista privilegiada da paisagem (Foto 10) que cerca Duas Irmãs. O único morador da ilha é um caseiro, responsável pela preservação e segurança do local. Pescadores da região dizem que a ilha é mágica e contam lendas sobre sereias e outros fenômenos, inclusive a mudança de lugar da ilha. Até o proprietário afirma que o local servia como esconderijo de tesouros e guarda objetos que lá encontrou. Durante as construções foram achados tachos onde os antigos guardavam objetos de valor e uma espada, provavelmente oriunda da Guerra do Paraguai.



Foto 9: Capela N. Senhora dos Navegantes



Foto 10: Vista da paisagem a partir da Capela

Com a finalidade de arborizar o local, o proprietário modificou a vegetação existente, sendo colocado em seu lugar cerca de 360 pés de coco e palmeiras imperiais (Foto 11), e construiu uma estrutura (Foto 12 e 13) com o intuito de promover e diversificar o turismo ecológico rural na região.



Foto 11: Palmeiras imperiais na Ilha de Dentro



Foto 12: Lateral da residência na Ilha de Dentro



Foto 13: Parte externa da casa

Na ilha já houve casamentos, batizados, visitas de pessoas de várias nacionalidades, ou seja, já se praticam no local atividades de interesse turístico, embora ainda incipientes, favorecendo uma futura demanda para o local.

De um poço artesiano foi extraído um tipo de água termal, analisada nos institutos Adolfo Lutz e no *Institut D' Hydrologie de Climatologie* localizado em Paris, França. Constatou-se a presença de componentes medicinais como potássio, sulfato, flúor, magnésio, bicarbonato, sendo chamada pelos nativos da região de “água milagrosa”.

Houve também visitas de estudantes da Universidade Federal do Maranhão para estudo e conhecimentos de Geografia Física, Humana e do Maranhão.

Oficiais da Marinha juntamente com o navio-hidrográfico Taurus fizeram estudos de batimetria e de profundidade de canal, quando homenagearam o proprietário da ilha, Sr. Darlan Chaves Nunes, colocando o seu nome em um banco de areia localizado na entrada da Baía de São Marcos, em um canal que está localizado entre a praia do Boqueirão e a ilha Duas Irmãs e também com um brasão de marco de testemunho que está encravado na torre do cata-vento.

Existem inúmeros atrativos como pesca esportiva, trilhas e passeios ao redor das ilhas. Na baixa maré formam-se piscinas naturais que são propícias para o banho e descanso. Há também passeios de barco pela região e atividades recreativas e desportivas, iniciativas a serem implantadas através do roteiro aqui proposto.

A importância do convívio com os animais (Foto 14 e 15) e a natureza, trilhas entre a mata e a praia, com a capela para um momento de meditação, estes e outros roteiros, que fazem do local, uma nova descoberta natural e atrativo ecoturístico.



Foto 14: Macaco sagui



Foto 15: Macaco capelão ou guará

6 METODOLOGIA

6.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental e empírica, por coletar dados em livros, revistas, relatórios, guias, folhetos, sites e também pela visita *in loco* na Ilha Duas Irmãs.

Quanto aos fins, é um tema pouco trabalhado e pesquisado pelo setor acadêmico no que tange a turismo de aventura, roteiros e paisagem, portanto caracteriza-se como exploratória. Além disso, é descritiva por escrever o roteiro de

ecoturismo pela Ilha Duas Irmãs.

Com relação à análise é qualitativa, visto que foi realizado todo um mapeamento da região em estudo (Ilha Duas Irmãs), onde foram coletados informações através de pesquisas e entrevista que foram utilizadas para compor o roteiro turístico.

Utiliza-se também mapas e fotos para compor a criação do roteiro.

6.2 Local da pesquisa

O local da pesquisa foi realizado na Ilha Duas Irmãs, no Município de São Luís, mais precisamente no bairro do Boqueirão. A pesquisa foi realizada no mês de maio e junho de 2009.

6.3 Universo de amostra

O universo da pesquisa foi a Ilha Duas Irmãs e a amostra foi entrevista com o proprietário da ilha e de documentos cedidos por ele.

6.4 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados foi pesquisa no local, devido a sua singularidade. Além disso foi utilizada câmera digital e uma visita técnica feita por professores da Universidade Federal do Maranhão.

6.5 Limitações da pesquisa

O tema ecoturismo já é bastante difundido pela academia, contudo as

pesquisas em fontes bibliográficas, como revistas, sites, livros, trazem muitas discussões a respeito da área de atuação do ecoturismo; também vários outros subprodutos como turismo de natureza, turismo de aventura confundem-se com o tema proposto.

Outro ponto a ser destacado é como o turismo insular é pouco difundido no Brasil, daí a falta de materiais de apoio e também. Houve também ausência de material sobre turismo de aventura e observação.

7 PROPOSTA DO ROTEIRO TURÍSTICO NA ILHA DUAS IRMÃS

O sucesso de um destino turístico baseia-se primeiramente na elaboração e formatação de um determinado roteiro, visando focar os pontos fortes de um determinado local para que esse mostre-se desejado aos olhos dos turistas. Portanto a proposta do roteiro Turístico na Ilha Duas Irmãs teve como principal finalidade fornecer um leque de opções aos turistas que vêm em busca de belezas naturais e atrativos pouco conhecidos no estado do Maranhão, como é o caso da Ilha Duas Irmãs. A mesma está localizada no município de São Luís (Foto 16), próxima a área portuária da cidade.



Foto 16: Mapa de localização da Ilha Duas Irmãs.

Para compor a criação do roteiro, utilizou-se de mapas (fotos de satélites) e visitas a própria ilha. Elaborou-se dois roteiros, sendo o primeiro de um dia (Foto 17) e o segundo de dois dias (Foto 18):

1º roteiro:



Foto 17: Roteiro 1

- Ponto 1: Início da trilha - casarão
- Ponto 2: Observação de fauna (animais silvestres) e flora
- Ponto 3: Descida até a praia para início de caminhada
- Ponto 4: Caminhada pela praia para apreciar a paisagem
- Ponto 5: Parada para realização de arborismo
- Ponto 6: Banho em piscinas naturais e canoagem
- Ponto 7: Retorno para o casarão (almoço)
- Ponto 8: Visita a capela e observação da fauna e flora

2º roteiro:



Foto 18: Roteiro 2

Ponto 1: Mirante para observação da paisagem

Ponto 2: Travessia de caiaque até a Ilha Irmã de Fora

Ponto 3: Observação de aves

Ponto 4: Pesca esportiva

O roteiro de 1 dia é composto somente pelo primeiro roteiro e o roteiro de dois dias, é composto pelos dois roteiros.

Sendo que um dos principais atrativos naturais da Ilha Irmã de Dentro em relação à flora e a fauna são: macacos, jabutis, cutias, pacas e bicho-preguiça. Já na Ilha Irmã de Fora, tem-se um santuário ecológico com inúmeros pássaros (taquiris, garças, guarás).

O público-alvo para a realização deste roteiro são todas as idades, sendo que haverá limitações em relação a algumas idades, pois alguns trajetos são realizados com equipamentos que não são adequados para crianças. Além disso, o público da terceira idade, também sofrerá restrições, em relação a algumas atividades, devido a intensidade das mesmas.

Já para o público portadores de limitações físicas, haverá equipamentos diferenciados e apropriados para a situação;

Nos dois roteiros acontecerão as seguintes explicações: recepção por um guia, narrando os aspectos históricos do local, *tour* na parte superior da ilha para

conhecimento, volta em torno da ilha, banho em piscinas naturais, caminhada por 2 km de praia, pesca esportiva; passeio de barco pela região; atividades recreativas e desportivas.

O roteiro é enriquecido pelas belezas naturais e comodidade do trajeto, com uso de catamarãs ou bianas cobertas, que são embarcações típicas da região. O roteiro consiste em chegar ao porto Ponta da Espera por meios próprios (carro, microônibus, van), e então atravessar de catamarã ou em bianas cobertas para a ilha Duas Irmãs, considerada uma das mais belas e intocadas ilhas da região. O passeio poderá ser realizado de duas formas:

Duração de 01(um) dia – Chegada programada para as 8h30min e saída às 17h. Aproximando-se da ilha haverão três bandeiras hasteadas, uma do Brasil, outra do Maranhão e a outra da Ilha Duas Irmãs. Havendo turistas estrangeiros, a bandeira da Ilha descerá e será hasteada a de suas respectivas nacionalidades. Acontecerá uma palestra explicativa sobre a importância da preservação ambiental e a consciência da educação ambiental bem como a segurança, pontos fundamentais para uma boa estada. Existirão diversas placas de sinalização alertando sobre o lixo, que deve ser colocado em lixeiras próprias espalhadas na ilha. A relação com os animais deve ser mantida com segurança visto que por serem animais agem por instinto e também a proibição de maus tratos a esses, além da proibição de alimentação aos mesmos. Logo após, serão recepcionados por um guia, que lhes mostrará as atrações e o histórico do local; depois disso, os hóspedes se instalarão em suas acomodações. Após este percurso será servido um lanche. Terminado o lanche eles serão instruídos a fazer uma trilha, sendo-lhes mostrado os animais silvestres. As trilhas encontrar-se-ão sinalizadas e existirão informativos sobre a faixa etária indicada para cada caminho bem como o grau de dificuldade de cada um deles. Com o término da caminhada pelas trilhas, os turistas poderão desfrutar de um banho nas piscinas naturais formadas pela baixa-maré, juntamente com uma caminhada na extensa praia privativa de 2 km. Após o *tour*, os visitantes voltarão as suas instalações, onde será servido o almoço com frutos do mar e comidas típicas regionais, regados a sucos, refrigerantes e água. Com o término do almoço, terá um tempo de descanso de duas horas. Passados o descanso, estarão disponíveis a realizar qualquer uma das inúmeras atividades que o local oferece, como um passeio de barco pela região, participar de modalidades esportivas ou recreativas, desfrutar de um banho de mar, da pesca esportiva ou apenas usufruir da nostalgia e comodidade que o local oferece,

entrando em contato com a natureza. Ou então, visita a capela para apreciar a bela paisagem. Após todas essas atividades será servido novamente um lanche. Após isso os turistas se deslocarão de volta ao Porto Ponta da Espera.

Duração de 02(dias) com pernoite – chegada e saída programada no mesmo horário do roteiro de um dia. Sendo que a noite os turistas terão incluído um jantar, café da manhã, almoço, lanche, e desfrutarão de outros atrativos que a ilha possui. Os hóspedes terão direito também a água mineral, refrigerante e sucos à vontade, sendo que outros tipos de bebida serão cobrados à parte. Estes também usufruirão de excelentes acomodações para o pernoite.

À noite existirão ambientes de acordo com o gosto dos visitantes, como, uma área reservada para um luau, outra com serviço de *drinks*, salão de jogos, caminhada pela ilha demarcada em lugares que não ofereçam riscos, etc.

No segundo dia os hóspedes tomarão um café regado a frutas e sucos da região, assim como bolos e tortas típicas, além de outros pratos. Logo após o café-da-manhã serão levados no mirante da ilha, onde munidos de binóculos terão vista de uma das paisagens mais belas que a natureza pode fornecer, alertados sobre quanto a beleza dos recursos naturais são importantes para a sobrevivência do homem na terra. Após os visitantes serão levados em uma caminhada até a Ilha Irmã de Fora. A travessia de uma ilha para outra será feita em caiaques munidos de equipamentos de segurança e com a instrução de um responsável. Do outro lado observarão um dos mais belos viveiros a céu aberto da região com a presença de pássaros (taquiris, garças, guarás, entre outros) e placas explicativas sobre o turismo de observação e informações sobre as aves que ali se encontram. Com o término dessa atividade os turistas retornarão a Ilha Irmã de Dentro para desfrutarem de um belo almoço. A tarde haverá a atividade de pesca esportiva. Logo após estarão liberados para desfrutarem do descanso ou alguma atividade que lhes interesse. Finalizando o passeio será feito entrega de artesanato feitos pela comunidade, despedida, agradecimentos e retorno ao Porto Ponta da Espera.

Contribuindo para a criação deste roteiro, será enfatizado a participação da comunidade, pois os guias, cozinheiros, barqueiro, entre outros, farão parte da comunidade, sendo que o elemento humano será empregado no projeto como funcionários do local, responsáveis pela conservação e atendimento dos hóspedes, podendo ser mais extensivos se forem requerido pelos turistas, os passeios e trajeto nas bianas cobertas, que são de propriedade da comunidade.

A distância do centro de São Luís até o porto Ponta da Espera é de 12 km e do porto até a ilha é de 1,5 km, cuja travessia dura por volta de 10 minutos.

As vias de acesso são feitas através de via terrestre, que é o deslocamento até o porto Ponta da Espera e após, por via marítima, que é feita do porto a ilha.

Os transportes utilizados serão próprios (carros, microônibus, van) e barcos ou catamarãs. Estes podem ficar à escolha do turista, e podem optar por embarcações regionais como é o caso das bianas cobertas ou as mais modernas, como os catamarãs, ambas seguras e de fácil mobilidade.

A logística local para o turismo constitui-se na casa de veraneio, contendo sete suítes, sendo uma máster, dois lavabos, copa, cozinha, dois salões internos. Uma varanda com jogos, um porão da parte inferior do prédio servindo de adega, chalé ao redor da ilha, um poço artesiano, um gerador de energia elétrica, um gerador de energia eólica, campo de futebol, campo de voleibol, materiais de pesca e barcos.

Serão utilizados equipamentos e guias para a prática da pesca esportiva, pessoas instruídas em caso de acidente, embarcações rápidas e próprias em caso de emergência entre inúmeros outros de que se dispõe.

O grau de dificuldade do atrativo é baixo, pois é um local de fácil acesso, próximo ao centro de São Luís, e que não requer esforços por parte dos turistas, cabendo-lhes somente a diversão.

Não há restrições para o lazer, pois a tranquilidade e beleza do local podem ser usufruídas por qualquer pessoa, como crianças, jovens, adultos e idosos.

Os visitantes deverão tomar algumas precauções ambientais como não maltratar os animais, visto que, por instinto, devem vir a se defender. Em toda a ilha haverá placas de sinalização e orientação a segurança. Evitar andar descalço, sempre usando tênis ou sandálias. Haverão monitores para orientar os turistas, para que estes possam estar sempre seguros e cômodos.

8 CONCLUSÃO

O ecoturismo é um nicho caracterizado pela vivência com a natureza,

praticado de forma sustentável, buscando-se as trocas culturais. Movimenta milhares de pessoas no mundo todo, tornando o Ecoturismo uma atividade de crescimento constante.

Por ser uma atividade consolidada em todo o mundo, o Brasil também tem sua parcela de praticantes. No Maranhão, o potencial para a prática ecoturística é sem dúvida notória, contudo para a consolidação desse Estado e do Município de São Luís no cenário nacional e mundial requer-se maior apoio por parte das esferas federal, estadual e municipal e sem duvidas do poder privado.

Com o atual desenvolvimento do setor turístico, os impactos causados por esse crescimento remontam numa serie de fatores negativos, desde o fracasso de um destino até a degradação do meio ambiente. Contudo deve-se enfatizar que o turismo não apenas degrada e destrói, se formatado de forma planejada, traz crescimento econômico e social para a comunidade receptora. Esse planejamento requer do esforço tanto dos setores público, privado, comunidade e também do próprio sujeito do Turismo, o turista, pois é esse que utilizará de todo o equipamento e que deve ter consciência ambiental e praticar o turismo sustentável.

Como resposta ao problema, entende-se que por se tratar de um roteiro voltado para a prática ecoturística, ele pode contribuir sensivelmente para a valorização e a preservação dos recursos naturais, assim como favorecer condições para um desenvolvimento positivo na economia, na cultura e na qualidade de vida da população local, quando analisados os benefícios maximizados para a cidade, seja gerando emprego, renda e atraindo incentivos, ou divulgando e promovendo o patrimônio natural. E não menos importante, contribui na identificação de locais que possuem significado ecoturístico, evidenciando que os mesmos, uma vez planejados, podem se transformar em espaços com potencial para o desenvolvimento de atividades voltadas para a prática do ecoturismo, com base nos princípios da sustentabilidade natural. Além disso, vê-se que este roteiro é viável, por se tratar de roteiro que visa a valorização do ambiente natural, além de atuar em outros segmentos que ainda não são realizados em São Luís.

Portanto, a elaboração de um roteiro turístico para a Ilha Duas Irmãs buscou difundir a imagem do município, diversificando os atrativos, trazendo assim melhorias econômicas, mas sem deixar-se de lado a participação da comunidade e os conceitos de sustentabilidade, para que todas as belezas também possam ser usufruídas pelas gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo:** fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 2000.

BAHL, Miguel. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Protexoto, 2004.

BELART, J. L. **Trilhas para o brasil**. Boletim FBCN, Rio de Janeiro, 1978.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 3 ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

BLUMENAU sedia festival nacional de balonismo. Disponível em: <
<http://www.informativoli.com/wp-content/uploads/2009/01/balonismo1-09-04.jpg>>.
Acesso em: 2 de jun. de 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de regionalização do turismo: **Roteiros do Brasil**. Roteirização turística (Modulo Operacional 7). Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2009

BROTAS *on line*: ecoturismo e aventura. Bóia-cross. Disponível em: <
http://www.brotasonline.com.br/brotasradical/boiacross/boia-cross_brotas02.jpg>.
Acesso em: 2 de jun. de 2009.

BUNGUEE Jump. 2000. Disponível em:
<<http://www.cs.bris.ac.uk/~cater/Extreme/BJumping/bungee.jpg>>. Acesso em: 2 de jun. de 2009.

CEBALLOS - LASCURÁIN, H. **Turismo, ecoturismo e áreas protegidas..** CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente. UK, 1996.

CORIOLOANO, G. P. **Formação do espaço urbano x mobilidade**. Curitiba, 2002.

CASASOLA, Luis. **Turismo e meio ambiente**. Mexico: Trilhas,1998.

Cazumbá on line. Maranhão entra definitivamente no Programa de Regionalização do Turismo. 2008. Disponível em: <
http://www.jornalcazumba.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1717&Itemid=2> . Acesso em: 3 de jun. de 2009.

CHANTAL, Blanc-Pamard & RAISON, Jean-Pierre. **Paisagem**. In: *Enciclopédia*

Einaudi. v.8. Lisboa: Imprensa Nacional. p.138-159.

DAVIES, M. **Wildlife as a tourism attraction**. *Environments*, v.20, n.3, p. 74-77, 1990.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e o meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003

DUFFUS, D. A.; Dearden, P. **Non-consumptive wildlife oriented recreation**. A conceptual framework. **Biological Conservation**, v. 53, p. 213-231, 1990.

EDROMA, Eric L. **Vida Silvestre, turismo e outros produtos dos espaços naturais**. XI Congresso florestal mundial. Antalya: Turquia, 1997.

ESPORTES e passeios. Disponível em: <
<http://www.brtrips.com.br/esportes/arvorismo/arvorismo01.gif>>. Acesso em: 2 de jun.
de 2009.

GUILLAUMON, J. R. **Análise das trilhas de interpretação**. São Paulo: Instituto Florestal, 1997.

INSTITUTO ECO BRASIL. Disponível em: <www.ecobrasil.com.br>. Acesso em: 03 maio. 2009.

KALIL, Luna. Dez mandamentos indicam como praticar turismo de aventura com segurança. 2008. Disponível em: <
<http://viagem.uol.com.br/ultnot/2008/09/16/ult4466u401.jhtm>>. Acesso em: 2 de jun.
de 2009.

JURDAO ARRONES, Francisco. **Os mitos do turismo**. v. 18, n. 1. Madrid: Endymion, 1992.

LUMIAR aventura. Disponível em: <
http://www.lumiaraventura.com/imagens/pag_rapel_02.jpg>. Acesso em: 2 de jun.
de 2009.

MOREIRA, J. E. **Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá**; até a emancipação da Província do Paraná. Curitiba, 1985.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NO BRASIL E NO MUNDO. Disponível em: Site do governo de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br>>. Acesso em: 05 maio. 2009

PETRONE, P. **Povoamento e caminhos no século XVIII e primeira metade do século XIX**. In: A Baixada Santista, aspectos geográficos. São Paulo, 1965.

RIBEIRO, Heloisa. Como funciona o projeto tamar. Disponível em: <<http://static.hsw.com.br/gif/projeto-tamar-4.jpg>>. Acesso em: 2 de jun. de 2009.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 8. ed. Campinas: Papirus, 2001.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel/ Fundap, 1993.

SE VOCÊ fosse viajar para a Islândia. Disponível em: <<http://greenpeace.blogtv.uol.com.br/img/Image/Greenpeace/2007/Outubro/whale%20watching%20scammons.jpg>>. Acesso em: 2 de jun. de 2009.

SCHELHAS, J. **Construção e manutenção de trilhas**. Curso de treinamento e capacitação em gerenciamento de parques e outras áreas protegidas, São Paulo, 22 nov. a 14 Dez., 1986.

SERRANO, Célia. **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000.

SHACKLEY, M. **Wildlife Tourism**. London: International Thomson Business Press, 1996.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: Setor Público e Cenários Geográficos, vol. 3. São Paulo: Aleph, 2000.
<www.revistaturismo.com>. Acesso em: 29 abr. 2009

WOOD, Megan Epler. **Ecoturismo**: princípios, práticas e políticas para sustentabilidade. Paris: Unep, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Programa de Avaliação da Conformidade para Sistema de Gestão da Segurança em Turismo de Aventura



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL-INMETRO

Portaria n.º 341, de 24 de setembro de 2008

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Antarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea *f* do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a necessidade de revisão do Programa de Avaliação da Conformidade para Sistema de Gestão da Segurança em Turismo de Aventura, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Sistema de Gestão da Segurança em Turismo de Aventura, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro
Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade – Dipac
Rua Santa Alexandrina n.º 416 - 8º andar – Rio Comprido
20261-232 Rio de Janeiro/RJ

Art. 2º Cientificar que fica mantida, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC, a certificação voluntária para as Empresas de Turismo de Aventura, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Sistema de Gestão da Segurança em Turismo de Aventura – OTA, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido no Regulamento ora aprovado.

Art. 3º Revogar a Portaria Inmetro n.º 228, de 21 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 25 de setembro de 2006, seção 01, página 74.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA